

As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea

Massimo Di Felice (Eca-USP)*

“As sociedades sempre foram influenciadas mais pela natureza da mídia através as quais os homens comunicavam que pelo conteúdo da comunicação”

M. McLuhan

N

a sua célebre obra *A sociedade em rede*, M Castells, analisando a relação entre tecnologia sociedade e transformação histórica releva como na verdade *“o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida e representada sem suas ferramentas tecnológicas”* (CASTELLS, 2002: 43).

Assim sendo as transformações ocorridas no decorrer da história nas formas de armazenar, organizar e transmitir as informações, devem ser compreendidas, também, nos seus importantes significados sociais e filosóficos de contribuir em novas formas de ver, de perceber e de entender o mundo.

Deste prisma, além de mudarem as opiniões e as formas de interagir, a introdução de um novo meio de comunicação, num determinado momento da história da humanidade, passou a atingir a esfera da interação contribuindo a determinar a transformação da estrutura da percepção da realidade, como explicado por M. McLuhan: *“os efeitos da tecnologia comunicativa não ocorrem aos níveis das opiniões e dos conceitos: eles se manifesta nas relações entre os sentidos e nas estruturas da percepção”* (McLUHAN, 2000: 52)

Olhar à história das transformações comunicativas não significa, portanto, somente perceber as mudanças das formas de armazenar, organizar e comunicar as informações, num sentido evolutivo, mas sim perceber o caráter qualitativo de cada ruptura comunicativa e, com esta, a cada fase, a introdução de uma nova forma de perceber e de sentir o mundo e de definir a realidade.

Historicamente a humanidade passou por três grandes revoluções comunicativas¹, três momentos importantes que marcaram, não somente o surgimento de uma nova forma de comunicar e de novos meios, mas também a introdução de novas possibilidades de comunicação e, conseqüentemente, de novas praticas de socialização e de interação com o meio ambiente.

* Massimo Di Felice é doutor em sociologia pela Universidade La Sapienza de Roma e doutor em ciência da comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de S. Paulo. É coordenador do Centro de Pesquisa e de Estudo das transformações da opinião pública em contextos digitais CEPOP-ATOPOS do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da ECA onde atualmente é professor de teoria e pesquisa da Opinião Pública. É coordenador da coleção Atopos, novos espaços de comunicação editada pela Studio Nobel e autor de ensaios e artigos publicados na Itália e no Brasil.

¹ Se remete o leitor ao texto de M. Baldini, *Storia delle comunicazione*, 1989, Milano.

A primeira revolução surge com a escrita no século V a.C. no Oriente médio e marca a passagem da cultura e da sociedade oral para a cultura e a sociedade da escrita. A segunda ocorrida na metade do séc. XV na Europa, provocada pela invenção dos caracteres móveis e pelo surgimento da impressão criada por Gutenberg causará a difusão da cultura do livro e da leitura, até então circunscritas a grupos privilegiados. A terceira, desenvolvida no ocidente na época da revolução industrial entre os séculos XIX e XX, marcada pelo começo da cultura de massa e caracterizada pela difusão de mensagens veiculadas pelos meios de comunicação eletrônicos.

A cada uma destas revoluções, como sublinhado por M. McLuhan, a introdução de novos meios determinou a possibilidade de alcançar um público cada vez maior em um tempo e com custos cada vez menores.

A introdução da escrita, o advento da imprensa, assim como sucessivamente, a difusão de mensagens através do telefone, do rádio do cinema e da TV, passaram a possibilitar não somente novas praticas comunicativas, mas também novas formas de interação com a paisagem.

Assim como o telescópio de Galileu, possibilitou ver o universo numa forma distinta daquela permitida pela escrita, a fotografia e o cinema, passaram a permitir a reprodução tecnológica do espaço e com esta o surgimento de perspectivas mecânicas e de espacialidades artificiais.

Na época contemporânea a humanidade estaria enfrentando uma ulterior revolução comunicativa, aquela implementada pelas tecnologias digitais que constituiria, numa concepção histórica, a quarta revolução e que, como as outras, estaria implementando importantes transformações no interior dos distintos aspectos do convívio humano.

Nesta última, além da expansão do elemento comunicativo, que passará a permitir o alcance de um público ilimitado e a transmissão em tempo real de uma quantidade infinita de mensagem, é o mesmo processo e o mesmo significado do comunicar a ser radicalmente transformado.

Neste sentido a quarta revolução, ainda em curso, define com mais clareza a impossibilidade de pensar a história das revoluções comunicativas num sentido diacrônico-evolutivo. Se puderam se considerar como homogêneas as estruturas do comunicar num período que vai desde a revolução da escrita até aquela eletrônica de massa da época industrial, nas quais a clara separação entre o receptor e o emissor permanece como um elemento imprescindível de cada processo comunicativo, seja ele uma peça de teatro ou um programa radiofônico ou um filme, resulta impossível prorrogar esta mesma estrutura no contexto comunicativo da época digital. Nesta, de fato, pela primeira vez na historia da humanidade, a comunicação se torna um processo de fluxo onde as velhas distinções entre emissor, meio, e receptor confundem-se e trocam-se até estabelecer outras formas e dinâmicas de interações, impossíveis de ser representadas segundo os modelos dos paradigmas comunicativos tradicionais, (Shannon-Weaver, 1949, Katz-Lazarsfeld, 1955, Eco-Fabbri, 1965, etc.)

Na frente dos nossos computadores, ligados em redes, podemos nos comunicar somente se passamos a interagir com as nossas interfaces (mouse, teclados e redes em geral), num diálogo constante, onde é, de fato, excluído qualquer tipo de passividade e qualquer forma de nítida distinção entre o emissor e o receptor.

A construção de um social em rede caracterizado por circuitos informativos interativos nos obriga a repensar as formas e as práticas das interações sociais fora da concepção funcional-estruturalista baseada em relações comunicativas analógicas. O mesmo papel da tecnologia comunicativa no interior das relações sociais deve ser completamente repensado, as fórmulas da sociedade de massa, baseada na distinção identitária entre o

emissor e o receptor, entre empresa e consumidor, instituições e cidadãos, não conseguem mais explicar a complexidade das interações sociais contemporâneas.

As formas tecnológicas do social

O que acontece com a introdução e a difusão de uma nova tecnologia comunicativa a nível social é de fato algo que remete não somente à criação de um novo território ou de uma nova esfera pública, mas também a algo que transforma as práticas e o mesmo significado do social.

É suficiente lembrar a importância desenvolvida pela escrita e pelo alfabeto para a criação das leis e da democracia, ou aquela também atuada pela imprensa para a constituição dos estados nacionais, como aquela aportada pelo rádio e pela TV pelas suas uniformizações lingüísticas.

Se na sociedade oral a forma comunicativa fazia coincidir a esfera do público com a esfera dos grupos de pessoas que eram possíveis se alcançar diretamente, através da fala (clã, aldeia, etc.), na sociedade industrial, o público surge como o resultado de uma produção tecnológica, isto é, enquanto veiculado e revelado pelos jornais, pelos livros e pela mídia, formando-se como uma esfera destacada, claramente distinta do universo particular do sujeito.

É neste período que surge um social tecnológico, isto é, um social que pode ser tal e se tornar público, conhecido e participado, somente em quanto mediado por meios, veiculados por artefatos mecânicos e tecnologias comunicativas.

É esta uma importante transformação nem sempre reconhecida pela sociologia e pelas ciências sociais, em geral, mas que resulta impossível excluir da análise do social moderno sem perder ao mesmo tempo o seu significado profundo.

A revolução industrial, e a conseqüente revolução eletrônica, além de um sistema produtivo e socioeconômico, deve ser olhada, desde o presente, e pensada, como o começo de uma nova fase da civilização humana, marcada por uma nova relação entre tecnologia e pensamento e como o resultado da inédita junção de dois tipos de saberes até então separados, a teoria e a técnica.

A transformação ontológica da natureza e da sua percepção provocada pela revolução industrial e pelo advento da técnica e observada pelo filósofo alemão M. Heidegger que para descrever tal fenômeno define a época industrial como “a época das imagens de mundo”, isto é, como a época produzida pelas imagens criadas pela ciência e pela visão científica do mundo.

Será tal visão técnica da realidade a definir a realidade moderna que, para o filósofo alemão, caracteriza-se pelo advento de uma nova tecnologia que não pode jamais ser entendida no interior da concepção instrumental e antropológica da técnica.

Para ele a “*tékhne*”, desde a sua etimologia grega, pertencia ao âmbito do “produzir”, no seu significado grego, isto é, à “*poiésis*” que incluía, ao mesmo tempo, ao significado técnico como àquele artístico e que deveria ser aproximado ao sentido de “tornar presente o que estava oculto” e, portanto, àquele de “descobrir”.

Distinguindo a técnica da sua essência, Heidegger define esta última como algo que não pode ser considerada um puro fazer do homem, nem como um acontecimento produzido pela atividade humana. Emancipando a técnica do homem o filósofo alemão inverte a concepção Aristotélica e ocidental ligada a sua percepção instrumental e antropológica problematizando o seu papel na história e abrindo um debate fértil.

Outro autor que consegue colher este aspecto socialmente transformador da técnica é W. Benjamin. Ao mostrar como o advento da fotografia e do cinema determina a

passagem da “mão para o olho” e a perda do “hic et nunc”, Benjamin explica como o resultado de tal processo não deveria ser percebido somente na esfera da alteração da visão, ou naquela da mudança do olho artístico do observador, mas a um nível bem superior, isto é, no interior da qualidade intrínseca da natureza:

“Os nossos botecos, as ruas das nossas metrópoles, os nossos escritórios, os nossos quartos decorados, as nossas estações, as nossas fábricas, pareciam nos fechar irremediavelmente. Depois chegou o cinema e com a dinamite dos décimos de segundo fez explodir este mundo parecido a uma prisão; assim nos podemos tranquilamente iniciar aventurosas viagens no meio das suas ruínas.

Com o primeiro plano dilatam-se o espaço, com a tomada lenta dilata-se o movimento.

(...) Entende-se, assim, como a natureza que fala para a câmara seja distinta daquela que fala para o olho” (BENJAMIN, 1984: 112)

Do ponto de vista social, portanto, a limitação da análise do papel social dos meios de comunicação aos seus conteúdos e as suas funções persuasivas e instrumentais, oculta a questão da técnica e nos condena a ter uma visão limitada, que se contenta apenas com a interpretação dos efeitos da mídia para a construção dos conteúdos dos significados sociais, no interior da dialética da disputa pelo poder.

Em toda outra direção vai a contribuição de J. Meyrowitz² que partindo da necessidade de repensar o desenvolvimento da sociabilidade na época eletrônica, passa a repensar o conceito de situação social, como algo estritamente ligado não somente a uma interação humana mas também a forma de interações eletrônicas.

Na sua interpretação seja a análise de E. Goffman como a de M. McLuhan, não conseguem de forma satisfatória explicar o dinamismo social contemporâneo, resultado de uma hibridação entre mídias, espaços e sociabilidade.

Meyrowitz observa como o dinamismo social em Goffman aproxima-se à cena teatral onde cada um, em vários palcos, encena distintos papéis conforme o tipo de situação. O dinamismo por ele, portanto, limitar-se-ia a uma projeção de formas em cima de uma superfície estática, onde a interação aconteceria exclusivamente na sua forma originária, cara a cara, ignorando os influxos e os efeitos da mídia. Em forma distinta a obra de M. McLuhan fornecia uma outra explicação do dinamismo social, pensado-o como estritamente ligado às transformações dos meios de comunicação. Observando as transformações provocadas pela mídia de massa McLuhan falava de mudanças macros, de um declínio dos sentimentos tradicionais, das identidades nacionais e de o surgimento de um novo tipo de tribalização, mas na visão do Meyrowitz sem explicar claramente como o mecanismo através do qual as mídias realizariam tais transformações sociais.

A partir de tais deficiências Meyrowitz se propõe de estudar a relação entre a mídia e as interações sociais chegando a descrever o impacto da mídia como causa da modificação da tradicional relação entre ambiente físico e situação social.

Partindo da observação de como as novas mídias produzem novas relações entre espaços e pessoas, Meyrowitz supera a concepção do Goffman segundo a qual os comportamentos aconteceriam somente no interior de espaços físicos, delimitados pelas barreiras perceptivas. Para ele, mais que os lugares a determinar o comportamento seriam as barreiras que se sobrepõem à percepção:

² Docente de comunicação na universidade de New Hampshire, autor de uns dos textos mais importantes da década de 90, *No sense of place. The impact of electronic media on social behavior.*

“De fato um exame mais aprofundado das dinâmicas de situações de comportamentos indica que o lugar enquanto tal é na realidade uma subcategorias da noção mais inclusiva de campo perceptivo. A natureza da interação não é determinada pelo ambiente físico em quanto tal, mas pelos modelos de fluxos informativos. A análise da definição da situação social pode ser totalmente separada do problema da presença física direta e possibilitando assim a concentração do nosso interesse unicamente sobre o acesso das informações”³ (MEYROWITZ, 1984: 60)

Tomando como referência o exemplo do Goffman dos garçons que passam da cozinha para a sala modificando radicalmente, ao passar pela porta que separa os dois espaços, a própria postura e o próprio comportamento, Myerowitz observa como a presença de um microfone ligado que permitiria ouvir na sala as conversas da cozinha alteraria radicalmente a interação dos garçons naquele lugar:

“A situação social e os comportamentos no interior da sociedade podem ser modificados pela introdução de novos meios de comunicação (...) A situação social pode ser considerada também como um sistema informativo, isto é, como um determinado modelo de acesso as informações sociais e como um determinado modelo de acesso ao comportamento das outras pessoas” (MEYROWITZ, 1984: 61)

Tal definição empurra a análise para além das situações sociais que se produzem nos espaços fisicamente e arquitetonicamente delimitados quebrando a tradicional distinção que se produziu entre os estudos de interação e os estudos midiáticos.

O conceito de sistemas informativos desenvolvido por Meyrowitz indica que os ambientes físicos e os “ambientes” das mídias pertencem a um continuum e não a uma dicotomia fazendo com que a difusão dos mídias eletrônicos criem muitas novas situações sociais.

“Provavelmente um dos motivos pelos quais os teóricos da situação e dos papéis optaram a considerar estáveis as situações sociais, é a raríssima eventualidade de uma improvisada mudança de posição de portas e paredes, na configuração de uma cidade ou de outra estrutura arquitetônicas e geográficas. Mas a mudança que acontecem nas situações e nos comportamentos quando se abrem e se fecham as portas e quando se constroem e se deslocam paredes, hoje correspondem ao leve golpe de um microfone que se liga, a um televisor que se põe em função, ou ao átimo no qual se levanta o recebedor do telefone para atender a uma chamada” (MEYROWITZ, 1984: 65)

As formas sociais da modernidade passam a deslocar as relações para meta-geografias, e para meta-espacos midiáticos mudando o significado e as práticas de atuação dos atores sociais, sejam estes indivíduos, grupos, classes, instituições ou empresas.

³ Tradução minha.

A sociabilidade em rede e a crise do estrutural funcionalismo

O advento de um social tecnológico, resultado de uma mediação entre sujeitos, grupos, empresas e instituições e meios de comunicações, passa a adquirir ulterior e qualitativa evidência com o surgimento das redes interativas e das comunicações digitais. Neste novo contexto o desenvolvimento de novas formas comunicativas a partir da introdução de tecnologias de transmissão por cabo a fibras óticas, passará a permitir a divulgação em tempo real de uma quantidade infinita de informações, alcançável para todos.

A rede planetária da internet passa a possibilitar a circulação instantânea de informações através de formas de comunicação que pela primeira vez na história eliminam a separação entre emissor e receptor, pressuposto fundante de todas as principais práticas comunicativas desenvolvida na história:

Junto ao crescimento das taxas de transmissão, a tendência à interconexão provoca uma mutação na física da comunicação: passamos das noções de canal e rede a uma sensação de espaço envolvente. Os veículos de informação não estariam mais no espaço, mas, por meio de uma espécie de reviravolta topológica, todo o espaço se tornaria um canal interativo. A cibercultura aponta para uma civilização da telepresença generalizada. Para além de uma física da comunicação, a interconexão constitui a humanidade em um contínuo de sem fronteiras, cava um meio informacional oceânico, mergulha os seres e as coisas no mesmo banho de comunicação interativa. A interconexão tece um universal por contato (LEVY, 1999: 127)

Nas últimas duas décadas as redes digitais passaram a espalhar, ao lado da tradicional comunicação de massa, novas formas de interações entre indivíduos e novos tipos de sociabilidades.

Para M. Castells o conceito de sociedade da informação se destaca enquanto paradigma de análise da sociedade contemporânea capaz de identificar a tecnologia e a informação como agentes constituintes tanto do processo de produção quanto das relações sociais. Assim sendo, a sociedade informacional seria uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transformação das informações tornam-se fonte fundamental da sociabilidade.

Nesta concepção, a idéia moderna de esfera pública, como emanção dos meios impressos e daqueles audiovisuais, deve ser repensada e sujeita, na época das redes digitais, às qualitativas transformações.

A tecnologia, enquanto interface e interatividade, deixa de ser “extensão dos sentidos” para se tornar interna e sociabilidade habitável:

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato ((LEVY, 1999: 130)

O resultado do surgimento deste novo social interativo e ilimitado questiona as ciências sociais, não somente em nível de técnica de pesquisa que busquem alcançar ao lado do social tradicional as suas novas expressões virtuais, mas, sobretudo, em nível de categorias, paradigmas e conceitos. Como definir e, portanto, delimitar um social em

rede? De que forma distinguir as territorialidades e os atores das suas sociabilidades mutantes na rede?

Do ponto de vista teórico a sociedade em rede é responsável pela superação da concepção estrutural funcionalista da sociedade que por tanto tempo marcou explicitamente e ou implicitamente a nossa forma de pensar o social e as relações entre os públicos e as instituições.

Embora atribuída à obra de T. Parsons, a concepção estrutural funcionalista da sociedade tem seu primeiro indício na obra de H. Spencer que sobrepondo arbitrariamente os conceitos evolutivo e sistêmico das ciências biológicas com as categorias sociais, passará a utilizar-los para a análise da sociedade.

A vocação sistêmica dos primeiros pensadores adquire em Spencer um importante elemento, evidente na concepção organicista herdada da ciência biológica que levará ao surgimento da analogia entre o sistema social e um organismo qualquer, ambos caracterizado na própria constituição de aparatos distintos em contínua relação entre si.

Desenvolvendo-se na obra de autores como E. Durkheim e dos antropólogos A. Radcliffe-Brown e B. Malinowsky, o estrutural funcionalismo construiu a própria narrativa a partir de três principais pressupostos: em primeiro lugar aquele que descreve a sociedade como caracterizada pela composição de distintos setores interdependentes; em segundo, aquele que aponta para a existência de um estado de equilíbrio do organismo-sociedade e, em terceiro lugar, para o fato de que cada sistema (organismo) ao tender sempre em direção do nível de equilíbrio, tendência esta tida como algo natural.

Estes três postulados constituem os fundamentos da abordagem funcionalista que evidentemente põem ênfase nas estruturas que constituem o esqueleto da sociedade e nos valores que orientam as ações dos indivíduos no interior da estrutura dada. Mas será sem dúvida a contribuição de T. Parsons a aprofundar a concepção da sociedade funcionalista moderna.

O ponto de partida de T. Parsons expresso na sua obra de 1951 *The social system*, é a descrição de um sistema social como uma estrutura que tende a cumprir uma particular função: aquela integrativa, quer dizer, aquela relativa à coordenação e à união orgânica das unidades que a compõem, evitando que estas se dispersem em atividades caóticas e sem sentido. Para cumprir tal função o sistema social utilizaria alguns instrumentos de controle social entre os quais, sem dúvidas, o direito e a ética. Este aspecto da função da legitimação não é obviamente aprofundado por Parsons que passa a resolver o problema com uma superficial observação:

No contexto da legitimação cultural uma sociedade é então auto-suficiente na medida em que as suas instituições são legitimadas por valores quer os seus membros convivem, embora entre alguns limites, e que, por sua vez, são legitimados por suas coerências com as outras componentes do sistema cultural e em especial modo com o seu simbolismo constitutivo.
(PARSONS, 1973: 56)

A exigência de melhorar tal modelo leva Parsons à teorização de um construto que conseguisse explicar as características das ações sociais. De tal exigência surge o sistema AGIL que descreve as quatro necessidades com as quais cada ator, cada instituição, cada empresa, cada grupo, devem se confrontar: adaptação, alcance dos fins, integração e manutenção da estrutura. A cada uma dessas necessidades corresponderia um sistema, isto é, uma estrutura maior que permitiria o cumprimento da adaptação (sistemas econômicos), do alcance dos fins (sistema político), da integração (sistema legislativo), da manutenção da estrutura (sistema educativo e religioso).

A sociedade, na versão funcionalista, resultava, portanto, uma estrutura dividida em funções, sistemas e subsistemas cujo pressuposto para a própria existência estava na forma de interação entre as distintas partes, isto é, num sistema comunicativo analógico, num repasse de informações de uma estrutura para outra, de um sistema “emissor” para um outro, “receptor”, separado por funções e identidade.

É importante observar como neste sistema o conflito não somente era contemplado mas tornava-se o elemento principal para fazer com que, através de ações específicas, o sistema voltaria ao seu nível de equilíbrio. Como no capitalismo “demiúrgico” de J. A. Schumpeter o conflito, longe de ser uma ameaça, passava a ser funcional ao sistema e ao seu desenvolvimento.

A tradição estadunidense da ação social tem no estrutural funcionalismo e no modelo comunicativo analógico os seus pressupostos vitais, a discussão ou a eliminação dos quais acabaria inviabilizando a sua teorização.

O advento da sociedade em rede baseada em forma de comunicações interativas e, portanto, pós-analógica, nos obriga a pensar a um social pós-estruturalista, onde os distintos setores, os diversos grupos, as instituições, as empresas passam a se sobrepor e a reinventar-se através da contínua interação e do contínuo acesso aos fluxos informativos. Um social dinâmico e em contínuo devir, algo diferente de um organismo fechado e delimitado feito de um conjunto de órgãos separados e interagentes, um social híbrido, perante o qual é necessário repensar o significado da estrutura e da ação social:

“(…) As formas experienciais das deslocções técnico-comunicativas que criam e multiplicam espaços e materialidades eletrônicas socialmente ativas, tornam oportuno o surgimento de um novo léxico capaz de relatar as experiências sociais que se criam a partir das novas formas de superação de fronteiras entre o orgânico e o inorgânico. (...) Daí a necessidade, para alcançar as profundidades e as complexidades das transformações em ato, de ir além das antigas contraposições entre receptor/emissor, corpo/máquina, inteligências/sistemas informativos” (DI FELICE, 2005: 17)

O social como interface

Se analisando a época moderna e a mídia de massa G. Vattimo (1989) as põem em relação com o fim do sentido unitário da história, com o processo de multiplicações de vozes e com o advento de uma tomada de palavras coletivas, é preciso observar como as novas redes informativas, embora continuem expandindo este processo, o fazem de forma distinta.

O social digital, a diferença do analógico, mais que uma polifonia de vozes resulta ser mais próximo de uma realidade “protéica”⁴. Incrementando ao extremo a possibilidade de ligações, o social contemporâneo deixa de ser um conjunto de estruturas comunicantes para se tornar o espaço de atuações múltiplas, através da união simbiótica de setores e da criação de relações híbridas.

A tecnologia digital estimula este processo manifestando uma enorme potencialidade não somente de conexão, mas, sobretudo, de experimentação, juntando realidades e entidades distantes e possibilitando assim formas inéditas de social, de mercados e de produções.

No social digital são os sistemas informativos e a circulação de informações em tempo real, a modificar continuamente os cenários sociais, passando a ressignificar continuamente práticas e atuações.

Portanto, um primeiro dado importante e aquele relativo, como observado agora, à mudança dos contextos da sociabilidade que, se antes eram baseados na divisão clara de setores, instituições, públicos etc, agora se manifestam como conjuntos de ambientes metamórficos e híbridos no interior dos quais se torna difícil distinguir as identidades e a função de cada setor:

Os grupos, antes separados, não somente são mais informados sobre a sociedade em geral, como dispõem de um número maior de informações recíprocas – informações que um tempo distinguiam os internos dos externos. Conseqüentemente, enfraqueceram-se os laços tradicionais, e as tradicionais distinções ente os grupos se tornaram hoje confusas. (MEYROWITZ, 1984: 214)

O resultado das hibridações das relações e da circulação das informações sociais em rede é um social expandido em mil direções que, na linha do pensamento de Deleuze e Guattari, podemos definir como “rizomático”. Este novo social seria a expressão de uma sociedade interativa, que tem no aspecto dinâmico e nas simbioses tecnológicas e na hibridação alguns dos seus elementos principais.

O rizoma, segundo Deleuze, possui a forma de uma raiz, mas na verdade é um tipo de caule, geralmente subterrâneo e sem forma definida. Esta gera diversos nós, de onde brotam folhas e ramos, portanto a raiz da sociedade em rede não seria central mas alimentada por uma rede descentralizada de micro-raízes que reproduzem-se continuamente “*Os rizomas se ramificam e se articulam, num intenso processo de desterritorialização e reterritorialização das relações sociais*” (Deleuze e Guattari, 2001: 17).

Uma estrutura híbrida, uma raiz que se multiplica e não uma árvore, com ramos e folhas, uma realidade protéica que toma forma continuamente a partir das interações e dos fluxos de práticas e informações..

⁴ Estamos nos referindo à identidade de Proteus, personagem mítico do mundo grego que modificava continuamente a própria identidade e a própria forma para desorientar os seus interlocutores.

Os exemplos nesta direção são muitos e próximo do cotidiano de cada um de nós, desde os bancos éticos às Ongs-empresas, os públicos organizado às empresas-cooperativas e às redes de mercados solidários internacionais.

A teoria social, que ainda explicita a estrutura social exclusivamente em termos analógicos e funcionalistas – isto é, como o resultado de interações entre estruturas, entidade identitariamente distinguíveis e separadas por interesses e papéis: públicos, instituições, empresas e consumidores – não permite outra atuação possível a não ser aquela hierárquico-piramidal do assistencialismo.

Inspirada numa concepção positivista, tal teoria passa a encorajar a intervenção do centro econômico e desenvolvido nas periferias depressas através da extensão de recursos.

Nesta direção, as atividades de relações sociais inevitavelmente, reproduzem, ao mesmo tempo, o papel ativo e socialmente responsável das instituições públicas, dos governos ou das empresas particulares, incrementando contemporaneamente a passividade das periferias, objetos da intervenção.

No contexto funcionalista, o papel social do profissional de relações públicas seria aquele de facilitar tal processo, respondendo desta forma, de um lado, ao seu imperativo de melhorar a imagem das instituições pela qual trabalha e, do outro, aos seus anseios de cidadania e de justiça social.

Além da constituição de um novo imaginário social interativo, nos contextos digitais é possível colher um novo tipo de ação social que se desenvolve na integração e na negociação entre social e informações, entre sujeitos e tecnologias informativas.

Uma vez que o social torna-se o resultado da conexão entre arquiteturas sociais e circuitos informativos, a ação social mais que uma deslocação do centro para a periferia, de recursos, idéias, atividades, se torna, através da manipulação das informações, a criação de novos cenários sociais.

A substituição da categoria de centro e da sua análoga contrária, a de periferia, com aquela de rede, implica não somente a superação de uma concepção hierárquica, mas um saudável re-pensamento da paisagem social através da introdução de tipos de sociabilidades além do sentido do lugar.

Uma vez que o social não é mais dado, mas é o resultado da combinação das *info-arquiteturas* com as situações-sociais, abre-se a possibilidade de repensar junto a ação social, o papel do profissional de relações públicas. Um dos conceitos que pode ser considerado fértil para pensar tal transformação é aquele de interface, que exprime a ação de um elemento mediador e de contato entre duas naturezas distintas proporcionando uma interação. Sobretudo utilizada nas relações entre homem e máquina, a interface é também considerada como uma membrana, ou uma pele que, mais que separar dois universos, os juntam num novo organismo e numa nova identidade simbiótica, às vezes de forma temporária.

Na esfera social o conceito de interface pode contribuir para repensar o significado de ação social como o papel do profissional de relações públicas. que adquiria o papel da membrana que junta mundo e realidades distintas, permitindo a interação ativa das mesmas determinando ,desta forma novos tipo de relações e de significados sociais.

O conceito de interface se transforma, assim, num trampolim para pensar um social em rede sem centro nem periferia, sem beneficiários nem assistidos, mas feitos de setores que manipulando informações e juntando idéias e projetos constroem novos significados-mundos.

Um papel potencialmente constitutivo de uma ponte, entre o funcionalismo e a rede, a realidade desigual e a de transformação, entre um social estruturado e uma interface que

possibilita a criação de significados inéditos, entre o aço da era industrial e o quartzo da época digital..

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, W. A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica, em *Obras escolhidas*. São Paulo: Braziliense, 1984.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura)*, Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DELEUZE, G e GUATTARI, F, *Mil Platôs vol I*, S. Paulo, Ed.34, 2001.
- DI FELICE, M. “Prefácio: Sociabilidades transorgânicas e sentires além do humano”. In: PERNIOLA, M. *O Sex Appeal do Inorgânico*. São Paulo: Studio Nobel, 2005, pp. 11-19.
- FERRAROTI, F. *Trattato di Sociologia*. Torino: UTET, 1977.
- GALIMBERTI, U. *Psiche e techne – L’uomo nell’età della tecnica*. Milano: Feltrinelli, 2003.
- HEIDEGGER, M. *Saggi e discorsi*. Milano: Meltemi, 1976
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na Era da Informática*. São Paulo: Editora 34, 1993.
- _____. *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Rio de Janeiro, Cultrix, 1971.
- _____. *The global village*. Oxford University, 1989.
- MEYROWITZ, J. *Oltre il senso del luogo: come i media elettronici influenzano il comportamento sociale*. Bologna: Baskerville, 1993.
- PARSONS, T., *Sistemi di società*. Bologna: Il Mulino, 1973
- REMOTTI, *Contro l’identità*. Roma: Laterza, 1996
- SANTAELLA, L. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- VATTIMO, G. *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições 70, 1989.